

**O ENCONTRO COM CRIANÇAS AFRO-BRASILEIRAS: UMA
EXPERIÊNCIA DIALÓGICA NA PESQUISA EDUCACIONAL**

Mailsa Passos¹

Esta é uma apresentação que vai ser objeto de muitas traduções, a primeira delas a tradução da língua, que como toda tradução implica em uma apropriação frequentemente não muito fácil dos sentidos de uma língua e de uma cultura por alguém que não é deste lugar.

A outra tradução seria a do próprio entendimento do que seja fazer ciência, que não necessariamente tem o mesmo sentido em todo lugar. Da mesma maneira que podemos dizer que cada texto corresponde a um contexto, é possível dizer que a cada contexto corresponde um fazer científico e que, embora muitas vezes a ciência se pretenda universal, o que existe é o desejo de tornar universal o “nosso” particular.

Os sentidos da prática científica podem mudar de uma instituição acadêmica para outra, na mesma cidade ou no mesmo estado, e é claro que de um continente para outro. Esta diferença se acentua quando se trata das Ciências Humanas e Sociais, nas quais nosso “objeto” fala, sente, diz de si e do mundo à sua volta.

Entretanto, como faz parte também do fazer científico que o cientista comunique o trabalho que desenvolve, é importante compartilhar nossos métodos e resultados, procurando uma maneira mais “eficiente/produtiva” de fazê-lo.

Aqui neste caso, trata-se de uma agenda de pesquisas que desenvolvo desde 2006 no Programa de Pós-Graduação em Educação Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PROPED-UERJ), no Brasil e que de certa maneira me acompanha desde a minha tese de doutoramento, realizado na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

¹ Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – ProPEd/UERJ; graduada em Letras pelas Universidade Federal do Rio de Janeiro; Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; pesquisadora do Laboratório Educação e Imagem da Faculdade de Educação da UERJ.

II JORNADAS INTERNACIONALES “SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS, SUBJETIVIDAD Y EDUCACIÓN”

9, 10 y 11 de abril de 2014

ISBN 978-987-3617-11-9

Esta apresentação então, será desenvolvida em três momentos.

No primeiro momento descreverei de maneira bastante sintética o percurso histórico da questão racial no Brasil, apresentando um pouco do que se tem atualmente de acúmulo de conhecimento no campo das relações raciais.

Em um segundo momento, tratarei de metodologia de pesquisa para demonstrar como discutimos a questão das relações raciais na produção científica no campo da educação, com atenção para o que Boaventura de Sousa Santos tem chamado de “ecologia de saberes” (SANTOS, 2010) - já que acreditamos que paralelamente ao racismo que se manifesta em relação à cor da pele, textura do cabelo e a origem de determinados grupos - está também um preconceito contra determinados saberes e práticas.

Por último pretendo apresentar o lugar da criança na pesquisa que desenvolvemos. Quem é esta criança com quem dialogamos? O que seu discurso sobre a sociedade em que vivemos nos ensina a respeito desta mesma sociedade? Como estabelecemos com esta criança uma relação dialógica – orientados aqui por uma reflexão sobre a linguagem a partir de Mikhail Bakhtin?

1. A sociedade brasileira, o racismo e a falsa democracia racial.

Para falar de racismo no Brasil, é preciso contextualizar a história das populações que foram seqüestradas da África subsaariana durante aproximadamente 300 anos. A história oficial do Brasil, aquela que se lê ainda na maioria dos livros didáticos, nos informa que a escravidão terminou em 1888, através da assinatura de uma Lei – cuja signatária foi uma princesa portuguesa, ao apagar das luzes do período imperial. Entretanto, quando esta lei foi decretada, algumas outras já haviam sido aprovadas, com o objetivo de superar aquele tipo de modelo econômico em que pessoas eram mercadorias, posse de outras pessoas. A “Lei do Ventre Livre” de 1871, por exemplo, determinava que todos os filhos de escravos que nascidos a partir desta seriam livres. Estas leis, porém, visavam atender mais a um modelo econômico mundial em

II JORNADAS INTERNACIONALES “SOCIEDADES CONTEMPORÁNEAS, SUBJETIVIDAD Y EDUCACIÓN”

9, 10 y 11 de abril de 2014

ISBN 978-987-3617-11-9

transformação, à industrialização e à expansão de mercado, do que propriamente “minimizar” as injustiças e a crueldade do modelo agrícola escravista colonial.

Obviamente, este processo descrito aqui em poucas linhas é muito mais complexo e cheio de nuances, entretanto nosso objetivo aqui não é traçar uma história detalhada do período escravista no Brasil, mas sim compreender representações culturais, práticas e crenças residuais carregadas de “não-ditos, mas que circulam socialmente referendando o racismo e a exclusão. De uma forma bastante geral e resumida: o que aconteceu foi o abandono pelo estado brasileiro dos africanos escravizados e de seus descendentes, sem que houvesse políticas públicas de moradia, educação e inclusão social. Com a decadência do modelo econômico agrícola, populações inteiras de ex-escravos migraram para as periferias dos centros urbanos em emergência, onde se poderia conseguir trabalho e modos de sobrevivência.

Mas a história do Brasil não nos conta apenas sobre a relação dos africanos e afrodescendentes com os modos de produção e as políticas públicas. Ela nos conta sobre os discursos produzidos no âmbito da Ciência e do Direito, entre fins do século XIX e o início do século XX, para “provar” e justificar a exclusão, o silenciamento e a invisibilidade das populações afrodescendentes.

A ciência se apropria do conceito de raça como uma diferença “natural”, para justificar assim a hierarquia social. E a conclusão a que chegam os cientistas à época é que a partir do processo acelerado de miscigenação, o Brasil se tornaria um país “branco”, porque a tendência era que a “parte fraca” – o negro - sucumbisse com o tempo e a “raça forte”, o branco colonizador, fosse mais uma vez o “vencedor da história”.

Se, como vemos, a mestiçagem no Brasil era não só tolerada, mas desejável, a ideia de que vivíamos uma democracia racial era paradoxalmente acompanhada da ideia de que a mistura das raças teria um “final feliz” sem racismo, com prazos muito bem definidos para embranquecermos: em poucas gerações seríamos um país de brancos.

II JORNADAS INTERNACIONALES “SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS, SUBJETIVIDAD Y EDUCACIÓN”

9, 10 y 11 de abril de 2014

ISBN 978-987-3617-11-9

Evidentemente isso não ocorreu. Na década de 50, o sociólogo brasileiro Florestan Fernandes, em estudo realizado sobre o Brasil intitulado “O negro no mundo dos brancos” – encomendado pela UNESCO - conclui que a sociedade brasileira é uma sociedade racista, que a pessoa negra no Brasil, mesmo se consegue ascender socialmente, dificilmente alcança uma situação equânime em relação aos brancos.

Aqui gostaria de esclarecer uma questão importante, que surge sempre quando falo para estrangeiros sobre as relações raciais no Brasil. O estrangeiro frequentemente pergunta como identificamos os negros no Brasil. Muitas vezes quem não é brasileiro – às vezes mesmo os que são - tem dificuldade em compreender esta distinção.

A resposta seria que o que determina o *ser negro* no Brasil é a cor da pele e os cabelos crespos. Oracy Nogueira, outro sociólogo brasileiro afirma: o racismo no Brasil é um racismo de marca. Ele está relacionado à cor da pele e à textura dos cabelos.

Esse racismo a que se refere Nogueira manifesta-se de muitas maneiras. As mais freqüentes são os processos de *invisibilização* que sofre a pessoa negra em determinados lugares sociais. Ou seja, é freqüente a vinculação da pessoa negra aos lugares sociais de subalternidade, marginalidade, ou ao lugar do exótico, do estereótipo – que, como nos sugere Homi Bhabha – é a estratégia discursiva colonial que coloca um “outro” no lugar de “fixidez” identitária/cultural.

O discurso colonial presente no contexto das relações raciais no Brasil frequentemente apresenta este “outro” como um tipo degenerado, ignorante, subalterno, ocupando um lugar que ninguém desejaria ocupar. E a consequência disto são pelo menos **duas práticas** bastante comuns:

- a) Uma **dissimulação identitária**: Não é comum identificar-se com as pessoas negras. É recorrente o silêncio em relação à cor da pele. É freqüente o caso de pessoas negras com os cabelos crespos identificarem a si mesmas como branca - seja por não querer ocupar este lugar, seja simplesmente por efetivamente não se verem desta maneira.

- b) Uma **estigmatização**: Negros são frequentemente associados à subalternidade, à pobreza, à ignorância, à animalização, ao exótico.

2. Para quem, com quem e porque pesquisamos: as relações raciais tendo crianças como interlocutores na pesquisa.

Há 15 anos desenvolvemos pesquisas que buscam compreender, no campo da Educação, os repertórios culturais de sujeitos afro-brasileiros e os modos de circulação dessas práticas. E ainda, a criança como sujeito nesta circulação.

Todo o trabalho realizado até agora tem se pautado por duas ideias. A primeira é de Milton Santos, geógrafo brasileiro, e alerta para o fato de que as pesquisas sobre as relações raciais no Brasil precisam ultrapassar a mera constatação do preconceito. Estes trabalhos devem investir antes na construção de formas de reparação social (SANTOS, 1998).

Disso resulta a segunda ideia: priorizamos o compromisso ético com os interlocutores nas pesquisas que realizamos, sabendo que o conhecimento jamais é neutro. Ele implica sempre em uma tomada de posição; ele está sempre situado em favor de um determinado grupo.

Como nos ensina Bakhtin (2003), é necessária uma atitude responsiva e responsável para com este “outro”. No caso das crianças, uma “escuta atenta” ao que elas nos contam, às narrativas que confirmam aquilo que a escritora nigeriana Chimanda Adichie vai chamar de “*o perigo de uma história única*”.² A História única e oficial que nos contaram, mas que é incompleta e que produz estereótipos, silenciando tantas outras histórias. Nosso princípio na relação com as crianças é que temos que deixar de falar *sobre* elas. Suas vozes, seus pontos de vista, suas experiências têm que enunciar-se em nossas pesquisas. Elas sabem e só elas podem dizer de si.

² <http://www.youtube.com/watch?v=wQk17RPuhW8>

Não acreditamos nem em uma ciência que fala pelo outro, nem naquela que se diz neutra. Acreditamos em uma ciência que se estabelece na dinâmica do encontro e que toma partido, que faz opções.

Essa nossa concepção de encontro está apoiada no conceito de *dialogia* de Mikhail Bakhtin e na ideia de que é através da linguagem que acessamos o outro. É aí, na linguagem, onde se estabelece a alteridade. A relação dialógica é o encontro, sempre o convívio de um *eu* com um *outro*, que é incompletude, que é tensão e do qual sempre ambos saem afetados - ou melhor, a partir do qual vão ocorrer deslocamentos culturais/identitários, como nos indicam Homi Bhabha e Stuart Hall. Portanto, o encontro como experiência dialógica não é necessariamente harmônico, ele pressupõe também conflitos e zonas de incompreensão. Encontrar-se com o outro pode ser uma experiência carregada de tensões, contradições, “não-ditos”.

O encontro: este é nosso campo para pensar as relações cotidianas – o cotidiano entendido como em Michel de Certeau: uma dimensão da vida humana, onde não existe só reprodução, mas também invenção, onde o “mais fraco” inventa maneiras táticas de burlar o poder instituído, nos usos que faz dos artefatos, nas suas práticas.

O material analisado na pesquisa consiste nos diálogos acontecidos no campo empírico. Organizamos exposições, oficinas, apresentações de vídeo, aulas-passeio com os estudantes e nos colocamos na condição de ouvintes atentos ao que é enunciado nestes ambientes *polifônicos*. Por que *polifônicos*? Porque nestes contextos enunciam-se diferentes vozes, que ocupam diferentes lugares sociais (vozes e contra-vozes). Essa polifonia cotidiana é o nosso material de análise.

3. O que analisamos?

Procuramos compreender como as crianças entendem o lugar da pessoa negra na sociedade brasileira, através de suas narrativas sobre essa sociedade. Essas narrativas são “coletadas” em “encontros” promovidos pelo nosso grupo de pesquisa.

Por exemplo, nas oficinas de arte, literatura e vídeo, estabelecemos uma relação dialógica com essas crianças. Como se trata de uma “pesquisa-intervenção”, esses

II JORNADAS INTERNACIONALES “SOCIEDADES CONTEMPORÁNEAS, SUBJETIVIDAD Y EDUCACIÓN”

9, 10 y 11 de abril de 2014

ISBN 978-987-3617-11-9

encontros vão provocar outros encontros e outros diálogos, e a partir deles vai ser preparado um material que vai servir para as nossas aulas de formação de professores e/ou para as próprias crianças.

Atuamos efetivamente com uma proposta de intervenção no currículo formal das escolas com as quais trabalhamos, inserindo ali outras formas de saber, outros discursos que emergem de histórias frequentemente *não-autorizadas* pela história oficial.

Nosso interesse é compreender esses outros saberes e práticas que são silenciados pelo pensamento hegemônico. Estou certa - como Certeau - de que quando práticas e modos de conhecer são *desautorizados*, na verdade estão sendo desautorizados seus praticantes. No contexto brasileiro, estes são frequentemente os negros, as mulheres, as crianças.

Em nossa pesquisa atual buscamos compreender como as crianças entendem o lugar da pessoa afro-brasileira na sociedade. E chegamos a esta questão mobilizados por um acontecimento, um dos encontros ocorridos no trabalho de campo.

Estávamos acompanhando um grupo de crianças, estudantes de uma escola pública, a uma galeria de arte, após uma atividade com o grupo. Posso dizer seguramente que a grande maioria das crianças – que naquele momento tinham em torno de nove anos, jamais entrara em uma galeria de arte.

Esta se situava no Centro urbano do Município de Petrópolis, uma cidade média do Estado do Rio de Janeiro, cidade na qual as distâncias são relativamente curtas. Entretanto, distâncias curtas podem se tornar continentais, quando não se tem dinheiro para o transporte ou se é muito ocupado ajudando em casa nas tarefas domésticas. Importante esclarecer que na galeria neste dia estavam expostas obras de um jovem artista plástico negro Pedro Ivo Cipriano, que se encontrava ali na oportunidade da visita e que nos acompanhou durante a mesma.

Importante também chamar a atenção para o fato de que as crianças do grupo em sua maioria eram crianças negras – pele negra e cabelos ondulados ou crespos. Na

galeria, educadores e estudantes puseram-se a conversar sobre as obras e, como o artista estava presente, apressamo-nos em apresentá-lo às crianças.

Sua surpresa – quase descrença - ao observar que o artista era negro gerou uma série de questões que inspiram nossa pesquisa. A mais significativa delas, talvez é: como os discursos circulam socialmente, produzindo sentidos e “ensinando” sobre um determinado lugar social? Como se aprende algo, mesmo que nunca se tenha ouvido “você nunca poderá ocupar neste lugar”, ou “este lugar está interditado para você”?

Aquele grupo de crianças afro-brasileiras acreditava que uma galeria de arte não era lugar para um negro estar na condição de artista apresentando seu trabalho. E quando enunciam isso, estão denunciando que elas mesmas estariam desautorizadas a estar ali nessa condição.

Nossa sociedade tem dito “não” à criança negra, e o que vivenciamos neste dia era somente uma das muitas vezes em que isso se manifestava. Ao estranhar a condição do artista, davam pistas sobre como entendiam a sua própria condição.

4. Infância, racismo, e a pessoa negra como referência ética e estética.

Todo o trabalho que se seguiu a partir deste encontro na galeria foi pensado para problematizar a ausência de pessoas negras como referência ética e estética na sociedade brasileira.

Começamos a identificar e enumerar junto com este grupo de crianças heróis e heroínas negras, visibilizando o que havia sido invisibilizado, tornando enunciação o que era silêncio – num processo que continuamos a fazer com crianças de 5 e 6 anos, alunos da Educação Infantil de uma escola em Acari, bairro do subúrbio do Rio de Janeiro.

A partir daí começamos um trabalho que envolveu a ida deste artista plástico às escolas, e outro projeto com a senhora Magdalena Santos, pintora negra, aposentada

II JORNADAS INTERNACIONALES “SOCIEDADES CONTEMPORÁNEAS, SUBJETIVIDAD Y EDUCACIÓN”

9, 10 y 11 de abril de 2014

ISBN 978-987-3617-11-9

como empregada doméstica, que começou a registrar suas memórias e de sua família depois de se aposentar.

O trabalho consistiu não só numa discussão sobre raça, mas também sobre cultura, sobre práticas culturais de matrizes africanas que circulam no ambiente escolar, embora ainda com um caráter folclórico e exótico, como estereótipo - e não entendidas como saberes, o que veremos no último vídeo, produzido pelas professoras e estudantes da Escola Municipal Ana de Barros Câmara em Acari.

É desta forma que os “encontros são experimentados nas pesquisas que desenvolvemos: como potencialmente transformadores das relações e dialogicamente perturbadores de uma ordem excludente de um racismo silencioso e muito cruel.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BHABHA, Homi. O local da cultura. Editora UFMG, Belo Horizonte, 1998.

BAKHTIN, Mikhail. Estética da criação verbal. São Paulo, Martins Fontes, 2003.

CERTEAU, Michel De. A invenção do cotidiano. Petrópolis. Editora Vozes, 2004

FERNANDES, Florestan. O negro no mundo dos brancos. São Paulo, Editora Global, 2007.

PASSOS, Mailsa. *Reflexiones en torno a la experiencia de encuentro como metodología de investigación*. In: YRAZOQUI, Yadira del R. Robles (Coord.). Entre nosotros y los otros: Experiencias metodológicas de investigaciones con niños sobre la comunicación y la vida social. Centro de Estudios Sociales y Jurídicos Mispat; Consejo de Ciencia y Tecnología del Estado de Chiapas; Universidad Autónoma de Chiapas; Educación para las Ciencias en Chiapas; Aguascalientes / San Cristóbal de Las Casas, 2012

SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: MENESES, Maria Paula; SANTOS, Boaventura de Sousa. *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.